

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Senhores Acionistas:
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.648	11.971	8.700	13.374
Clientes	5	3.621	5.662	12.823	15.664
Impostos e contribuições sociais	6	2.506	1.908	2.928	2.325
Cauções e depósitos vinculados	8			43	256
Outros créditos	10	84	625	582	1.023
Total do Ativo Circulante		11.859	20.166	25.076	32.642
Não Circulante					
Clientes	5	6.875	2.606	15.625	12.993
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.1	7.400			
Cauções e depósitos vinculados	8	676	3.125	1.392	3.441
Outros créditos	10	17		17	
		14.968	5.731	17.034	16.434
Investimentos	11	38.032	52.782		
Imobilizado	12	7		15.552	7.500
Intangível	13	57	62	37.864	45.801
		38.096	52.844	53.416	53.301
Total do Ativo Não Circulante		53.064	58.575	70.450	69.735
TOTAL DO ATIVO		64.923	78.741	95.526	102.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Receitas antecipadas		3.638	4.314	4.359	5.529
Fornecedores	14	360	78	4.215	3.453
Impostos e contribuições sociais	6	1.688	1.591	3.079	3.455
Tributos diferidos	7			884	
Dividendos		2.447	2.447	2.447	2.447
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15			15.159	7.152
Provisões	16	3.333	8.150	3.333	8.150
Outras contas a pagar	10	492	254	2.286	1.716
Total do Passivo Circulante		11.958	16.834	35.762	31.902
Não circulante					
Impostos e contribuições sociais	6				1.925
Tributos diferidos	7			2.515	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15			3.448	6.343
Adiantamento para futuro aumento de capital	9		22.196		22.196
Provisões	16	18.941	22.483	19.467	22.783
Outras contas a pagar	10	21	28	331	28
Total do Passivo Não Circulante		18.962	44.707	25.761	53.275
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17.1	31.539	9.343	31.539	9.343
Reservas de lucros	17.2	7.857	7.857	7.857	7.857
Prejuízos acumulados		(5.393)		(5.393)	
Total do Patrimônio Líquido		34.003	17.200	34.003	17.200
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		64.923	78.741	95.526	102.377

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas	18	16.071	15.878	33.978	22.431
Custos	19				
Custo de operação e produção		(2.298)		(7.283)	
Custo do serviço prestado a terceiros		(4.099)	(3.055)	(11.331)	(6.224)
		(6.397)	(3.055)	(18.614)	(6.224)
Lucro bruto		9.674	12.823	15.364	16.207
Despesas e Receitas operacionais	19				
Despesas com vendas		(71)	111	(71)	(569)
Despesas gerais e administrativas		(1.304)	(696)	(6.660)	(1.122)
Depreciações e amortizações		(5)		(2.459)	(7)
Outras despesas e receitas operacionais		(88)	8	(293)	(61)
		(1.468)	(577)	(9.483)	(1.759)
Resultado das participações societárias	11	(10.439)	510		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(2.233)	12.756	5.881	14.448
Resultado financeiro	20				
Receitas financeiras		2.599	489	2.894	490
Despesas financeiras		(3.058)	(272)	(9.465)	(532)
		(459)	217	(6.571)	(42)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(2.692)	12.973	(690)	14.406
Tributos sobre o lucro	21				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.701)	(2.584)	(4.232)	(4.017)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(471)	
		(2.701)	(2.584)	(4.703)	(4.017)
Resultado líquido do exercício		(5.393)	10.389	(5.393)	10.389
Resultado por ação atribuível aos acionistas	22				
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)					
ON		(539,30000)	1.038,90000	(957,50000)	1.038,90000

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2016 e 2015.
 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Geração do valor adicionado	17.151	17.422	37.532	24.402
Receita operacional	17.222	17.311	37.603	24.291
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(71)	111	(71)	111
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(5.316)	(2.091)	(14.782)	(4.629)
Matérias	(195)	(1)	(1.734)	(2.318)
Materia-prima e insumos para produção			(2.817)	
Serviços de terceiros	(4.899)	(2.002)	(9.667)	(1.138)
Outros custos operacionais	(222)	(88)	(564)	(1.173)
Valor adicionado bruto	11.835	15.331	22.750	19.773
Retenções				
Depreciações e amortizações	(5)		(3.255)	(34)
Valor adicionado líquido produzido	11.830	15.331	19.495	19.739
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	2.599	489	2.894	490
Resultado da equivalência patrimonial	(10.439)	510		
Valor adicionado total a distribuir	3.990	16.330	22.389	20.229
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.864	998	7.375	2.339
Benefícios	191	134	486	134
FGTS	56	63	102	63
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	3.562	3.698	7.464	5.909
Estaduais	6	37	1.182	57
Municipais	527	614	1.045	670
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	3.058	272	9.465	532
Aluguéis	119	125	663	136
Remuneração de capital próprio				
Dividendos		2.447	2.447	2.447
	9.383	8.388	27.782	12.287
Prejuízo do exercício/Lucro retido	(5.393)	7.942	(5.393)	7.942
	3.990	16.330	22.389	20.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.692)	12.973	(690)	14.406
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Impostos diferidos			1.028	
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	71	(111)	71	(111)
Depreciações e amortizações	5		3.255	33
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos			2.041	260
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	88	(22)	333	178
Ajuste a valor presente	546		594	
Participações societárias	10.439	(510)		
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(1.930)			
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(69)		(69)	
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente	2.498		2.498	
Outros			(1.929)	5
	8.956	12.330	7.132	14.771
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Clientes	(2.845)	(5.713)	(4.302)	(8.791)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(529)	(1.214)	(534)	(1.105)
Cauções e depósitos vinculados	4.379	23	4.192	(394)
Outros ativos operacionais	524	(585)	463	1.096
	1.529	(7.489)	(181)	(9.194)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Adiantamentos recebidos - Clientes		4.314		4.314
Fornecedores	282	(61)	762	(2.755)
Outros tributos e contribuições sociais	(330)	109	(621)	1.057
Obrigações Sociais e Trabalhistas	188	87	401	345
Provisões	(88)	(23)	(107)	(23)
Outros passivos operacionais	(633)	275	(698)	(465)
	(581)	4.701	(263)	2.473
Caixa proveniente das atividades operacionais	9.904	9.542	6.688	8.050
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.274)	(1.466)	(4.012)	(1.527)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.630	8.076	2.676	6.523
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação (adição) de investimento	(3.846)	(13.996)		(13.996)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(7.400)			
Aumento de capital em subsidiária	(2.700)	(7.907)		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(7)	(62)	(10.421)	(205)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(13.953)	(21.965)	(10.421)	(14.201)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital		22.196		22.196
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			9.000	
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(3.775)	(4.948)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos			(2.154)	(553)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento	-	22.196	3.071	16.695
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.323)	8.307	(4.674)	9.017
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.648	11.971	8.700	13.374
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.971	3.664	13.374	4.357
	(6.323)	8.307	(4.674)	9.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total Total Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.343		-	(85)	9.258		9.258	
Lucro líquido do exercício					10.389	10.389		10.389
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal			515		(515)	-		-
Dividendos propostos					(2.447)	(2.447)		(2.447)
Dividendo adicional proposto			7.342		(7.342)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.343		7.857		-	17.200		17.200
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.343		7.857		-	17.200		17.200
Aumento de capital - AGOE de 12/04/16	22.196				22.196		22.196	
Prejuízo do exercício								

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (Companhia ou EDP GRID ou Controladora), é sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de julho de 1997, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e possui sua sede no município de Serra - ES.

Dentre o objeto social da Companhia destacam-se: (i) a prestação e exploração de serviços de telecomunicações; (ii) celebrar, acordos, contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; (iii) a elaboração de projetos civil e eletromecânico de rede de energia de alta, média e baixa tensão; (iv) a prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas de automação, telecomunicações, medição, iluminação pública e ornamental e outros; (v) a realização de projetos, execução e comissionamento de microgeração de energia a partir de fontes renováveis, comercialização de soluções e prestação de serviços de instalação, monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; (vi) a realização de serviços de diagnósticos energéticos; (vii) o desenvolvimento de projetos de eficiência energética, instalação e comercialização de equipamentos para eficiência energética bem como prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; e (viii) a prestação de serviços de consultoria em eficiência energética, gestão de projetos e serviços de telecomunicações. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém, desde 7 de dezembro de 2015, 100% das ações da EDP Soluções em Energia S.A. (EDP Soluções), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, que tem como objeto social: (i) a prestação de serviço de engenharia, inclusive infraestrutura, obras civis, subestações de energia, edificações e afins, com a utilização de materiais, equipamentos e correlatos; (ii) a prestação de serviços de assessoramento, consultoria técnica, gestão e contratos de performance em eficiência energética e demais serviços a ela relacionados; (iii) a industrialização e comercialização de água, ar comprimido, vapor e biomassa; (iv) o comércio, importação e exportação de materiais e equipamentos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, hidráulicos, mecânicos e de geração fotovoltaica; (v) a destinação final e descarte de equipamentos elétricos, eletrodomésticos, eletrônicos e lâmpadas; (vi) geração de energia elétrica; (vii) comercialização de energia; e (viii) aluguel de equipamentos e materiais correlatos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 16.1); Mensuração da receita de serviços de eficiência energética (Nota 5); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 11).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta; e
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada.

A controlada é consolidada desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Clientes (Nota 5) que

são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia e da sua controlada identificarem que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia e sua controlada procedem o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

2.8 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.8.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16, em geral, deverá ser aplicada retrospectivamente e substituirá o IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

2.8.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de em 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros:

Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

2.8.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia e sua controlada a partir de 1º de janeiro de 2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. As normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captações de recursos

Durante o exercício de 2016 a controlada realizou a seguinte captação de recursos:

Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Consolidado						
EDP Soluções	Banco Safra	set/16	jun/17	9.000	CDI + 3,15003% a.a.	Investimentos em projetos
Para mais informações sobre a captação acima, vide nota 15.						

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	1.038	1.427	2.015	1.498
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.012	698	5.087	2.030
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	1.598	9.846	1.598	9.846
	4.610	10.544	6.685	11.876
	5.648	11.971	8.700	13.374

Total

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da controladora estão remunerados as taxas que variam de 96,00% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Os investimentos financeiros da controlada EDP Soluções estão remunerados à taxa de 96,00% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

5 Clientes

	Circulante					Controladora					Não circulante							
	Valores Correntes					PECLD	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Valores Correntes a Vencer									
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida		Mais de 360 dias				Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Mais de 360 dias	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias														
Clientes																		
Eficiência energética		370	1.934			2.304	3.501	8.802	8.802	3.437								
(-) Ajuste a valor presente			(74)			(74)	(31)	(1.927)	(1.927)	(831)								
Serviço de gerenciamento de obra		124				124	844	-	-	-								
Serviços de gerenciamento de assinaturas		1.267		5	144	1.267	1.348	-	-	-								
Total		1.761	1.860		5	3.621	5.662	6.875	6.875	2.606								
						Consolidado												
						Circulante					Não circulante							
						Valores Correntes					PECLD	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Valores Correntes a Vencer				
						Corrente a Vencer		Corrente Vencida		Mais de 360 dias				Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Mais de 360 dias	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
						Até 60 dias	Mais de 60 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias									
Clientes																		
Eficiência energética		1.952	5.355			7.307	13.503	21.921	21.921	13.824								
(-) Ajuste a valor presente		(121)	(840)			(961)	(31)	(6.296)	(6.296)	(831)								
Serviço de gerenciamento de obra		124				124	844	-	-	-								
Serviços de gerenciamento de assinaturas		1.267		5	144	1.267	1.348	-	-	-								
Dispêndios a reembolsar		2.768				2.768	-	-	-	-								
Geração de vapor		1.045				1.045	-	-	-	-								
Outros clientes		1.087	186			1.273	-	-	-	-								
Total		8.122	4.701		5	12.823	15.664	15.625	15.625	12.993								

Os saldos de Clientes são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa que representa o WACC de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 23.2.3.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Impostos e contribuições sociais

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Ativo - compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	443	270	69		(56)	726
PIS e COFINS	5	103				108
IRRF sobre aplicações financeiras	90	166			(122)	134
Tributos sobre serviços prestados	1.370	840			(672)	1.538
Total	1.908	1.379	69	-	(850)	2.506
Circulante	1.908					2.506
Total	1.908					2.506
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	1.405	2.701		(2.274)	(423)	1.409
PIS e COFINS	123	625		(124)	(427)	197
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	29	255		(263)		21
Encargos com pessoal	-	493		(432)		61
Outros	34	2.820		(2.854)		-
Total Circulante	1.591	6.894	-	(5.947)	(850)	1.688
Circulante	1.591					1.688
Total	1.591					1.688

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de Tributos	Reclas-sificação	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	442	367	69				(130)	748
ICMS	58	639					(517)	180
PIS e COFINS	5	103						108
IRRF sobre aplicações financeiras	90	201					(152)	139
Tributos sobre serviços prestados	1.730	1.648			(298)		(1.327)	1.753
Total Circulante	2.325	2.958	69	-	(298)	-	(2.126)	2.928
Circulante	2.325							2.928
Total	2.325							2.928
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	4.977	4.232		(4.012)		(2.596)	(576)	2.025
ICMS	15	1.534		(789)		(14)	(517)	229
PIS e COFINS	259	1.315		(631)			(613)	330
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	29	480		(459)				50
Encargos com pessoal	-	2.302		(1.416)	(298)		(420)	445
Outros	100	2.820		(5.253)		2.333		-
Total	5.380	12.683	-	(12.560)	(298)	-	(2.126)	3.079
Circulante	3.455							3.079
Não Circulante	1.925							-
Total	5.380							3.079

7 Tributos diferidos

	Consolidado			
	Nota	Passivo		Resultado 2016
		Circulante 31/12/2016	Não circulante 31/12/2016	
PIS e COFINS	7.1	174	495	
Imposto de renda e contribuição social	7.2	519	1.477	
Imposto sobre serviços	7.1	191	543	
Total		884	2.515	

7.1 PIS, COFINS e Imposto sobre serviços

O montante refere-se aos tributos diferidos reconhecidos em razão do reconhecimento das receitas de acordo com os custos incorridos (CPC 30 - Receitas).

7.2 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre o reconhecimento das receitas de acordo com os custos incorridos, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.3 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos Diferenças Temporárias	Consolidado		
	Base de cálculo	Passivo Não circulante	Resultado
		31/12/2016	2016
Reconhecimento de receita	4.341	1.477	(471)
Total		1.477	(471)

8 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora		Consolidado			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos judiciais	16.1	676	3.125			1.079	3.441
Cauções e depósitos vinculados				43	256	313	
Total		676	3.125	43	256	1.392	3.441

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Duração	Controladora						Resultado		
		Ativo			Passivo			Operacionais	Financeiro	
		Circulante	Não Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	2016			
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	
Cientes										
Prestação de serviços de eficiência energética										
EDP Bandeirante	Controle Comum	01/01/2014 a 31/12/2017	86	502			1.466	897		
EDP Escelsa	Controle Comum	01/01/2014 a 31/12/2017	125					307		
			211	502	-	-	-	1.466	1.204	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9.1)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	07/12/2015 a indeterminado				22.196				
EDP Soluções	Controlada	04/03/2016 a indeterminado			7.400					
			-	-	7.400	-	22.196	-	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar										
Devolução - Prêmio de seguro										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/12/2016			11		7			3
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)										
EDP Escelsa	Controle comum	29/07/2015 a 29/07/2019			6	1	1	(10)	(3)	
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2018				15	9	(93)	(107)	
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (a)										
EDP Bandeirante	Controle comum	01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL					18		(18)	
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 9.3.1)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	15/06/2016 a 15/06/2021				5				
			-	-	17	21	28	(96)	(128)	3
			211	502	7.417	21	22.224	1.370	1.076	3

Relacionamento	Duração	Consolidado						Resultado		
		Ativo			Passivo			Operacionais	Financeiro	
		Circulante	Não Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	2016			
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	
Cientes										
Prestação de serviços de eficiência energética										
EDP Bandeirante	Controle Comum	01/01/2014 a 31/12/2017	86	502			1.466	897		
EDP Escelsa	Controle Comum	01/01/2014 a 31/12/2017	125					307		
			211	502	-	-	-	1.466	1.204	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9.1)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	07/12/2015 a indeterminado				22.196				
			-	-	-	22.196	-	-	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar										
Devolução - Prêmio de seguro										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/12/2016			11		7			4
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)										
EDP Escelsa	Controle comum	29/07/2015 a 29/07/2019			6	1	1	(10)	(3)	
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2018				15	9	(93)	(107)	
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (a)										
EDP Bandeirante	Controle comum	01/07/2012 até emissão de nova Resolução ANEEL					18		(18)	
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 9.3.1)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	15/06/2016 a 15/06/2021				5				
			-	-	17	21	28	(101)	(128)	4
			211	502	17	21	22.224	1.365	1.076	4

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 25.2).

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anulados por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 com novo critério para este tipo de compartilhamento. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao ativo imobilizado bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração) e excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que serão compartilhados de forma antecipada. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.278 publicado em 23 de dezembro de 2016, anuiu o pleito da EDP - Energias do Brasil para a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos com suas partes relacionadas.

A partir desta anuência, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas terão 180 dias para implementar o novo modelo de compartilhamento de recursos humanos utilizando o novo critério. Desta forma, para o encerramento destas demonstrações financeiras, permanecem válidos os atuais contratos de compartilhamento de atividades e alocação de gastos.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 28 de julho de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015 com vigência de 48 meses a partir da data de publicação do Despacho e está em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, válida a época da celebração do contrato.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritas na nota de Garantias (Nota 25.2).

9.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	22.196	-	22.196
AFAC - EDP Soluções	7.400			
Aumento de capital social (Nota 17.1)		(22.196)		(22.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.400	-	-	-

9.2 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

9.3 Remuneração dos administradores**9.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora**

Em maio de 2016, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu plano de remuneração baseado em ações, o qual concede outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os mesmos, encontram-se diretores não estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2016 da Companhia o montante de R\$5 a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

9.3.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária pago pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

Em 2015 a Companhia não teve dispêndios no exercício com profissionais chave da administração. Segue abaixo os valores pagos aos Administradores no exercício de 2016:

	2016	
	Diretoria Estatutária	
Remuneração (a)	458.469	
Benefícios de curto prazo (b)	6.900	
Total	465.369	

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos		30	32		121	87		
Serviços em curso		54	593		375	593		
Compartilhamento/ Serviços								
entrepares relacionadas	9			17			17	
Estoques					27	18		
Outros					59	325		
Total		84	625	17	582	1.023	17	-
Outras contas a pagar - Passivo								
Compartilhamento/ Serviços entre partes relacionadas	9			21	28		21	28
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.1	426	238		2.029	1.628		
Outros		66	16		257	88		310
Total		492	254	21	2.286	1.716	331	28

10.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Refere-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

11 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na EDP Soluções, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessará a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

11.1 Combinação de negócios - EDP Soluções

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou sua controlada adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Em 29 de junho de 2015 a Companhia informou que assinou o Acordo de Compra e Venda de Ações da EDP Soluções, com o objetivo de adquirir 100% do seu capital total e votante. A conclusão da aquisição, ocorreu em 7 de dezembro de 2015.

A determinação do valor justo na combinação de negócios foi feita com base em uma avaliação de avaliador independente contratado pela Companhia. A Administração da Companhia concluiu as análises dos efeitos do valor justo da EDP Soluções juntamente com o avaliador até a aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Conforme estabelecido no item 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia dispõe de prazo de 1 ano para eventuais ajustes dos montantes envolvidos na combinação de negócios a partir da data de aquisição.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição é apresentado a seguir:

	Valor contábil	Valor justo	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	693		693
Clientes	17.353		17.353
Impostos e contribuições sociais	526		526
Estoques	20		20
Outros Créditos	2.510		2.510
Imobilizado	7.394		7.394
Intangível	87	6.838	6.925
<i>Goodwill</i>		38.815	38.815
	28.583	45.653	74.236
Passivos			
Fornecedores	3.534		3.534
Impostos e contribuições sociais e diferidos	2.241		2.241
Empréstimos e financiamentos	18.905		18.905
Provisões	2.771		2.771
Outras Obrigações	2.421		2.421
	29.872	-	29.872
Total do acervo líquido	(1.289)	45.653	44.364
Combinação de negócios			
Desembolso e contraprestação contingente	(a)		
Desembolso à vista	(13.996)		
Desembolso a prazo	(30.368)		
Total pago na aquisição	(44.364)		
Valor do acervo líquido adquirido	(1.289)		
Valor a ser alocado (Mais Valia)	(45.653)		
Alocação:			
Ativo Intangível a valor justo	(b)	6.838	
<i>Goodwill</i> (Parcela não alocada)		38.815	
Total da Alocação		45.653	
Fluxo de caixa da aquisição			
Caixa líquido adquirido com a controlada		693	
Caixa pago		(44.364)	
Fluxo de saída de caixa líquido		(43.671)	

(a) Desembolso e contraprestação contingente

A contraprestação contingente transferida reflete o valor justo da EDP Soluções na data de aquisição. Os desembolsos serão realizados a partir da assinatura do Acordo de Compra e Venda das ações firmado com os ex-sócios atualizados pela taxa de 6% a.a. acrescidos de IPCA até a data da aquisição com o pagamento a vista de R\$13.996, e o valor de R\$30.368 será liquidado conforme demonstrado a seguir: (i) R\$15.323, sendo R\$13.200 de principal e R\$2.123 de atualização monetária, a serem pagos em 5 parcelas iguais, anuais e sucessivas; e (ii) R\$15.045, sendo R\$ 12.960 de principal e R\$2.085 de atualização monetária, a serem pagos anualmente por meio de índices de performance atrelados ao desempenho da adquirida (Nota 16.2).

(b) Ativo Intangível

Referem-se a mensuração a valor justo de contratos a serem executados (*Backlog*) e de relacionamentos contratuais e não contratuais de clientes.

11.2 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora				% Participação Direta		
	Saldo em Nota	31/12/2015	Adições	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos							
EDP Soluções		7.129	2.700	(8.076)	1.753	100,00	100,00
EDP Soluções (Mais Valia)		6.838		(2.363)	4.475		
Total		13.967	2.700	(10.439)	6.228	100,00	100,00
<i>Goodwill</i>							
EDP Soluções	11.2.1	38.815	(7.011)		31.804	100,00	100,00
		38.815	(7.011)	-	31.804	100,00	100,00
Total		52.782	2.700	(7.011)	(10.439)	38.032	

11.2.1 Goodwill

O *Goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O *goodwill* da Companhia e relativo à aquisição da EDP Soluções em dezembro de 2015 (Nota 11.1). O montante de R\$38.815 sofreu redução no exercício no valor de R\$7.011 devido baixa por imparidade, decorrente do não cumprimento de índices de performance (Nota 16.2).

Conforme o ICPC 09 o *Goodwill* é classificado na rubrica de Investimentos na controladora. Para fins de consolidação, o mesmo será classificado como Intangível (Nota 13).

11.4 Participação direta do investimento

Empresa	31/12/2016				2016			
	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia		Passivos (Circulantes e Patrimônio líquido)		Resultado líquido do exercício	
	Ordinárias/Quotas	Capital social integralizado	Capital votante	Ativos totais	Passivos (Circulantes e Patrimônio líquido)	Receitas	exercício	
EDP Soluções	14.499	100,00	100,00	39.756	38.003	1.753	17.907	(4.182)
				31/12/2015				2015
Empresa	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia		Passivos (Circulantes e Patrimônio líquido)		Resultado líquido do exercício	
EDP Soluções	6.592	100,00	100,00	30.765	23.636	7.129	33.566	(1.144)

12 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

12.1 Composição do imobilizado

	Consolidado							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,50	1.205	(182)	1.023				-
Máquinas e equipamentos	10,00	8.277	(2.848)	5.429	10,00	4.538	(2.129)	2.409
Veículos	20,00	157	(69)	88	20,00	208	(117)	91
Móveis e utensílios	10,00	152	(82)	70	10,00	262	(173)	89
Total do imobilizado em serviço		9.791	(3.181)	6.610		5.008	(2.419)	2.589
Imobilizado em curso		8.942		8.942		4.911		4.911
Total do imobilizado em curso		8.942		8.942		4.911		4.911
Total do imobilizado		18.733	(3.181)	15.552		9.919	(2.419)	7.500

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.2 Movimentação do imobilizado

	Consolidado						
	Valor líquido		Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido
	31/12/2015	Ingressos					
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.089	(132)		66	1.023	
Máquinas e equipamentos	2.409	3.824	(742)		(62)	5.429	
Veículos	91		37	(40)		88	
Móveis e utensílios	89	5	41		(65)	70	
Total do Imobilizado em serviço	2.589	-	4.918	(796)	(40)	(61)	6.610
Imobilizado em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	2.948				2.948	
Máquinas e equipamentos	-	5.755	(7)			5.748	
Adiantamento a fornecedores	-	19				19	
A ratear	-	224				224	
Imobilizado em curso	4.911	3	(4.911)			3	
Total do Imobilizado em curso	4.911	8.949	(4.918)	-	-	-	8.942
Total do Imobilizado	7.500	8.949	-	(796)	(40)	(61)	15.552

13 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado 31/12/2016			Consolidado 31/12/2015					
											Encargos		Total	Encargos		Total			
											Circulante	Principal		Circulante	Principal				
Banco do Brasil - Cartão BNDES	EDP Soluções em Energia	290	25/02/2015	290	25/02/2015 a 25/02/2019	Material para Revenda		0,99% a.m.	Principal e Juros em parcelas iguais	Aval EDP - Energias do Brasil	-			12	73	157	242		
BNDES FINAME - Banco Banrisul	EDP Soluções em Energia	2.352	18/12/2014	1.617	18/12/2014 a 15/01/2020	Investimentos em projetos		0,368% a.m.	Principal e Juros em parcelas	Aval EDP - Energias do Brasil	4	588	1.225	1.817		484	1.133	1.617	
Banco Indusval	EDP Soluções em Energia	1.560	21/06/2013	1.560	21/06/2013 a 19/06/2017	Investimentos em projetos		CDI + 0,5% a.m.	Principal e Juros em parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista		240		240	20	9	480	240	749
Banco Indusval	EDP Soluções em Energia	1.560	21/06/2013	1.560	21/06/2013 a 19/06/2017	Investimentos em projetos		CDI + 0,5% a.m.	Principal e Juros em parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista		240		240	20	9	480	240	749
Banco Indusval	EDP Soluções em Energia	521	21/06/2013	521	21/06/2013 a 19/06/2017	Investimentos em projetos		CDI + 0,5% a.m.	Principal e Juros em parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista		80		80	7	3	160	80	250
Banco Indusval	EDP Soluções em Energia	2.300	30/04/2015	2.300	30/04/2015 a 16/04/2018	Investimentos em projetos		CDI + 0,49% a.m.	Principal e Juros em parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista		920	307	1.227	60	119	843	1.303	2.325
Banco Indusval	EDP Soluções em Energia	3.500	11/11/2015	3.500	11/11/2015 a 21/10/2019	Investimentos em projetos		CDI + 0,52% a.m.	Principal e Juros em parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista		1.000	1.916	2.916	74	132	583	2.918	3.707
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	1.902	31/03/2013	1.902	31/03/2013 a 31/01/2017	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato			1.925		1.925	29		1.902		1.931
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	250	12/03/2015	250	12/03/2015 a 08/06/2016	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato					4		250		254	
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	555	02/05/2015	555	02/05/2015 a 08/06/2016	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato					8		555		563	
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	344	30/09/2015	344	30/09/2015 a 08/06/2016	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato					5		344		349	
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	750	30/11/2015	750	30/11/2015 a 31/01/2017	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato			759		759	9		750		759
Banco Safra	EDP Soluções em Energia	9.000	08/09/2016	9.000	08/09/2016 a 08/06/2017	Investimentos em projetos	Dívida líquida em relação ao EBITIDA - ou - a 3,5, do consolidado da EDP - Energias do Brasil	CDI + 3,15003% a.a.	Principal e Juros em parcela única no vencimento	Aval EDP - Energias do Brasil	403	9.000		9.403					
Total											407	14.752	3.448	18.607	248	272	6.904	6.071	13.495

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.1 Composição do intangível

	Consolidado						
	31/12/2016		31/12/2015		Valor líquido	Valor líquido	
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Taxas anuais médias de amortização %			Custo histórico
Intangível em serviço							
Software	20,00	244	(131)	113	20,00	(36)	86
Backlog	34,60	6.838	(2.363)	4.475	6,838		6.838
Total do Intangível em serviço		7.082	(2.494)	4.588		(36)	6.924
Intangível em curso							
Goodwill		1.472		1.472			62
EDP Soluções em Energia							62
Total do Intangível		1.472	-	1.472		62	62
Total do intangível		40.358	(2.494)	37.864		45.837	(36) 45.801

13.2 Movimentação do intangível

	Consolidado						
	Valor líquido		Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Reclas-sificação	Valor líquido
	Nota	31/12/2015					
Intangível em serviço							
Software		86			(96)	61	113
Backlog		6.838			(2.363)		4.475
Total do Intangível em serviço		6.924	-	62	(2.459)	61	4.588
Intangível em curso							
Desenvolvimento de projetos		-	1.438				1.438
Outros intangíveis em curso		62	34		(62)		34
Total do Intangível em curso		62	1.472	(62)	-	-	1.472
Goodwill	11.2.1	38.815			(7.011)		31.804
Total do Intangível		45.801	1.472	-	(2.459)	61	37.864

14 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2016 na Companhia de R\$360 (R\$78 em 31 de dezembro de 2015) e Consolidado de R\$4.215 (R\$3.453 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a valores a pagar relativos à compras de materiais e serviços.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2016
	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	
Circulante						
Principal	6.904	9.000	(3.775)		2.623	14.752
Juros	248		(2.154)	2.041	272	407
	7.152	9.000	(5.929)	2.041	2.895	15.159
Não circulante						
Principal	6.071				(2.623)	3.448
Juros	272				(272)	-
	6.343	-	-	-	(2.895)	3.448

15.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado Vencimento
Circulante	
2017	15.159
	15.159
Não circulante	
2018	1.978
2019	1.421
2020	49
	3.448
Total	18.607

16 Provisões

	Controladora				Consolidado				
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1							526	300
Contraprestação contingente	16.2	3.333	8.150	18.941	22.483	3.333	8.150	18.941	22.483
Total		3.333	8.150	18.941	22.483	3.333	8.150	19.467	22.783

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A EDP Soluções é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Consolidado					
	Passivo			Ativo		
	Saldo em 31/12/2015	Consti- tuição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	300	305	41	525	389	379
Cíveis	-	17	41	-	7	5
Total	300	322	41	526	389	379
Não circulante	300			526	389	379
Total	300			526	389	379

16.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

16.1.2 Risco de perda possível

	Controladora				Consolidado			
	Nota	Ativo		Ativo				
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			
Trabalhistas		3	2	5	10	223	7	5
Cíveis	16.1.2.1			5	3.768	3.396		
Fiscais		880			880			
Total		883	2	5	4.658	3.619	7	5

16.1.2.1 Cíveis

A controlada EDP Soluções é parte em duas disputas judiciais que discutem suposto descumprimento contratual e possuem o valor estimado em 31 de dezembro de 2016 de R\$3.768 (R\$ 3.288 em 31 de dezembro de 2015). Atualmente as ações aguardam o início dos trabalhos periciais.

16.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e fiscal em andamento, cuja perda foi estimada como remota. O saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$683 (R\$3.057 em 31 de dezembro de 2015).

16.2 Contraprestação contingente

Refere-se à mensuração a valor justo da adquirida EDP Soluções em Energia na data de aquisição, conforme laudo de avaliação utilizado para a combinação de negócios. O preço de aquisição foi de R\$40.156, atualizados monetariamente, sendo que R\$13.996 foram pagos em 7 de dezembro de 2015 e R\$26.160 tratam-se de contraprestação contingente a serem pagas ao anterior acionista controlador da EDP Soluções, conforme contrato de compra e venda de ações (Nota 11.1).

O pagamento destes montantes depende do cumprimento de cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de compra e venda, sendo o primeiro pagamento em 31 de março de 2016.

No exercício, devido ao não cumprimento de índices de performance, foi revertido o montante de R\$7.011. A movimentação da rubrica no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2015	Atualização	Pagamentos	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Pagamento da aquisição	15.457	1.692	(3.200)		13.949
Performance de desempenho	15.176	806	(646)	(7.011)	8.325
Total	30.633	2.498	(3.846)	(7.011)	22.274
Circulante	8.150				3.333
Não circulante	22.483				18.941
Total	30.633				22.274

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2016 totalmente subscrito é de R\$44.739 (R\$22.543 em 31 de dezembro de 2015), todavia, está parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2016 em R\$31.539 (R\$9.343 em 31 de dezembro de 2015). O saldo a integralizar em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$13.200. O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é composto de 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil. Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 12 de abril de 2016, o aumento de capital da Companhia no valor de R\$22.196, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de AFAC da controladora EDP - Energias do Brasil (Nota 9.1).

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

17.2 Reservas

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de lucros			
Legal		515	515
Retenção de lucros	17.2.1	7.342	7.342
Total		7.857	7.857

17.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

18 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência aos custos incorridos.

As operações de vendas a prazo foram descontadas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa do custo médio ponderado de capital de cada projeto que reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica de Clientes (Nota 5) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

Devido às características e condições do seu negócio, as vendas realizadas a prazo tem caráter de financiamento o que, com base no CPC 12, caracteriza o registro da realização do ajuste a valor presente como Receita de Vendas.

	Controladora		Consolidado	
	R\$	2015	R\$	2015
2016	2016	2015	2016	2015
Venda de Produtos e Mercadorias				
Venda de Vapor			6.751	
Revenda de Mercadorias	296	1.921	2.785	
	296	-	8.672	2.785
Serviços prestados a terceiros				
Gerenciamento de obra	1.790	6.887	6.378	6.887
Gerenciamento de assinaturas	10.626	6.856	10.626	6.856
Eficiência energética	4.510	3.568	11.927	7.763
Receita operacional bruta	16.926	17.311	28.931	21.506
(-) Deduções à receita operacional				
ICMS			(1.131)	(10)
PIS/COFINS	(625)	(821)	(1.465)	(1.210)
ISS	(526)	(612)	(1.029)	(640)
	(1.151)	(1.433)	(3.625)	(1.860)
Receitas	16.071	15.878	33.978	22.431

19 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia e na controlada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais, e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora						2015
	Custos		Despesas Operacionais				
	De operação e produção	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	1.483	159		705		2.347	1.489
Material	2	192		1		195	1
Serviços de terceiros	675	3.748		476		4.899	2.002
Amortização				5		5	-
PECLD / perdas líquidas			71			71	(111)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						88	(8)
Aluguéis e arrendamentos	51			68		119	125
Outras	87			54		141	134
Total	2.298	4.099	71	1.309	88	7.865	3.632
	Consolidado						2016
	Custos		Despesas Operacionais				
	De operação e produção	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Custo da matéria prima consumida	2.817					2.817	-
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	2.682	3.008		3.582		9.272	2.830
Material	2	1.135		597		1.734	2.318
Serviços de terceiros	790	7.253		1.624		9.667	1.143
Depreciação	796					796	32
Amortização				2.459		2.459	1
PECLD / perdas líquidas			71			71	(111)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						292	192
Aluguéis e arrendamentos	76	116		471		663	135
Outras	120	(181)		386	1	326	1.443
Total	7.283	11.331	71	9.119	293	28.097	7.983

20 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras e cauções		597	475	831	476
Atualização monetária depósitos judiciais		1.930		1.930	
Atualizações monetárias sobre provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros			14		14
Juros e multa sobre impostos	6	69		69	
Outras receitas financeiras		3		64	
		2.599	489	2.894	490
Despesas financeiras					
Juros e multa sobre impostos					(75)
Encargos de dívidas	15.2			(2.041)	(185)
Variáveis monetárias moeda nacional			(2.498)	(265)	(2.498)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros				(41)	
Ajustes a valor presente			(546)		(4.440)
Outras despesas financeiras			(14)	(7)	(445)
		(3.058)	(272)	(9.465)	(532)
Total		(459)	217	(6.571)	(42)

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

A Companhia optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
(Prejuízo) Lucro antes do IRPJ e CSLL	(2.692)	12.973	(690)	14.406
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	915	(4.411)	235	(4.898)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Resultados de equivalência patrimonial	(3.549)			
Outros				
Ajuste lucro presumido	(91)	1.803	(4.986)	857
Outras	24	24	48	24
Total	(2.701)	(2.584)	(4.703)	(4.017)
Despesa de IRPJ e CSLL	-100,33%	19,92%	-681,59%	27,88%
Alíquota efetiva				

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação consolidado é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de 2016, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(5.393)	10.389	(5.393)	10.389
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	10	10	10	10
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(539,30000)	1.038,90000	(539,30000)	1.038,90000

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de sua controlada.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Mantidos até o vencimento

Se a Companhia e a sua controlada têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia e a sua controlada gerenciam os investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e sua controlada. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamentos.

	Nota	Níveis	Controladora			
			31/12/2016		31/12/2015	
			Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	4.610	10.544	4.610	10.544
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			1.038	1.427	1.038	1.427
Cientes	5		10.496	8.268	10.496	8.268
Outros créditos - Partes relacionadas	10		17	17	17	17
			16.161	20.239	16.161	20.239
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Adiantamentos recebidos - Clientes			3.638	4.314	3.638	4.314
Fornecedores	14		360	78	360	78
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10		21	28	21	28
			4.019	4.420	4.019	4.420

	Nota	Níveis	Consolidado			
			31/12/2016		31/12/2015	
			Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	6.685	11.876	6.685	11.876
Mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	8		356	256	356	256
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			2.015	1.498	2.015	1.498
Cientes	5		28.448	28.657	28.448	28.657
Outros créditos - Partes relacionadas	10		17	17	17	17
			37.521	42.287	37.521	42.287
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Adiantamentos recebidos - Clientes			4.359	5.529	4.359	5.529
Fornecedores	14		4.215	3.453	4.215	3.453
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15					
Moeda nacional			18.659	13.495	18.607	13.495
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10		21	28	21	28
			27.254	22.505	27.202	22.505

23.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração do valor justo são divulgadas a seguir levando em consideração seu prazo e relevância do instrumento financeiro:

(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

23.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia e de sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

23.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e de sua controlada, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela controlada apresentados na nota 15, possuem como contraparte os bancos BNDES, Banrisul, Indusval e Safra. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela controlada criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a controlada está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e a controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Empréstimos e financiamentos diferem do seu valor contábil.

23.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e de sua controlada. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Controladora					
		Aging cenário provável		Aumento do risco em 25%		Redução do risco em 25%	
		Até 1 ano	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Aplicação financeira - CDB	CDI	668	668	167	334	(167)	(334)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	214	214	53	107	(53)	(107)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	882	882	220	441	(220)	(441)
				Consolidado			
Operação	Risco	Consolidado					
		Aging cenário provável		Aumento do risco em 25%		Redução do risco em 25%	
		Até 1 ano	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.077	1.077	269	539	(269)	(539)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	214	214	53	107	(53)	(107)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.291	1.291	322	646	(322)	(646)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(558)	(558)	(140)	(283)	138	275
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(558)	(558)	(140)	(283)	138	275
		733	733	182	363	(184)	(371)

A curva futura do indicador financeiro CDI está de acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI teve seu intervalo entre 11,75% e 13,25%.

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e de sua controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela controlada são apresentados na nota 15.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Clientes (Nota 5). A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2016, têm em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 25.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos Financeiros	Controladora					31/12/2015
	31/12/2016					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	
Adiantamentos recebidos - Clientes	57	178		3.403	3.638	4.314
Fornecedores	235	11		114	360	78
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					21	21
	292	189		3.517	4.019	4.420
				Consolidado		
Passivos Financeiros	31/12/2016					31/12/2015
	31/12/2016					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	
Adiantamentos recebidos - Clientes	57	178		4.124	4.359	5.529
Fornecedores	3.275	554		386	4.215	3.453
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					21	21
Empréstimos e financiamentos	256	767	14.136	3.448	18.607	13.495
	3.588	1.499	18.646	3.469	27.202	22.505

23.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2016, foi negativo na Companhia em R\$99 (R\$3.332 positivo em 31 de dezembro de 2015) e no consolidado foi negativo em R\$10.686 (R\$740 positivo em 31 de dezembro de 2015). Na Companhia, o CCL negativo deve-se, principalmente, aos compromissos de aporte relativos à aquisição da EDP Soluções. No consolidado, o CCL negativo está associado ao modelo de negócio empregado, que consiste na captação de empréstimos e financiamentos para o investimento nos projetos, com retorno do investimento a longo prazo. A Administração da Companhia e da controlada entendem que possuem liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo e, se necessário, podem contar ainda com aportes de capital de sua controladora.

23.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa e Clientes.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e de sua controlada em apresentarem perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e de

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

sua controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.4 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarçar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos e debêntures			18.607	13.495
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.648)	(11.971)	(8.700)	(13.374)
Dívida líquida	(5.648)	(11.971)	9.907	121
Total do Patrimônio Líquido	34.003	17.200	34.003	17.200
Total do capital	28.355	5.229	43.910	17.321
Índice de alavancagem financeira - %	-19,92%	-228,93%	22,56%	0,70%

24 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		2.447		2.447
Constituição (Reversão) de contraprestação contingente	(7.011)	30.633	(7.011)	30.633
Total	(7.011)	33.080	(7.011)	33.080

25 Compromissos contratuais e Garantias
25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	
	2017	2018 a 2019	Total Geral	2017	2018 a 2019	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	46	2	48	46	2	48
Obrigações de compra Materiais e serviços	992	289	1.281	3.688	28.131	22.049
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos			-	827	150	977
	1.038	291	1.329	3.688	29.004	22.201
				51.205		16.309

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

DIRETORIA

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor-Presidente

João Carlos de Abreu Guimarães
Diretor

André Luís Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Fernando Peixoto Saliba
Diretor

Carlos Eduardo de Almeida Bueno Fontoura
Diretor

Renan Silva Sobral
Gestor Contabilidade UND e UNC
Contador - CRC 1SP 271964/O-6 "S" ES

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015		
	2017	2018 a 2019	Total Geral	Total Geral	2017	2018 a 2019	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	37	2	39	-	37	2	39
Obrigações de compra Materiais e serviços	797	242	1.039	3.114	22.612	18.732	41.344
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos			-	-	851	167	1.018
	834	244	1.078	3.114	23.500	18.901	42.401
							16.577

25.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aval de acionista			15.939	
Depósito Cauçionado			43	256
Fiança bancária				9.440
Fiança corporativa				11.792
Recebíveis			9.441	79.740
Notas promissórias			9.440	9.440
Seguro garantia				286
			34.863	110.954

26 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
	Limite	Limite	Limite	Limite		
	Valor máximo de	Valor máximo de	Valor máximo de	Valor máximo de		
	em risco	em risco	em risco	em risco		
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)			5.700	5.700	10.700	10.700
Responsabilidade civil			14.000	14.000	7.530	7.530
Transportes (veículos)			1.600	1.600		
Acidentes pessoais	2.742	(*)	1.171	(*)	3.782	(*)
Lucros cessantes			1.800	1.800		
Risco de engenharia			10.707	10.707	4.330	4.330

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$55 e o limite máximo de R\$556.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e sua controlada, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.990; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$80.245.

27 Eventos subsequentes
27.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC na EDP Soluções

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 24 de janeiro de 2017, deliberou pelo AFAC na controlada EDP Soluções no montante de R\$3.000, realizado em 31 de janeiro de 2017.